O melhor ano da década! Para o mercado de trabalho, o ano de 2000 pode, a vários títulos, ser considerado o melhor da década que se encerrou. Depois de ficar três anos praticamente estagnado, o nível de ocupação nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE registrou um crescimento da ordem de 4,2%, na média anual, tendo superado amplamente o resultado de 1994, o mais elevado até então (2,6%). O dinamismo da ocupação só mostrou alguma desaceleração no último trimestre, o que já era esperado, haja vista as suas características sazonais. Mesmo assim, a região metropolitana de São Paulo continuou apresentando variações positivas nesse indicador, numa demonstração clara da permanência, no final do ano, dos fatores favoráveis que vêm sustentando a demanda por trabalho.

A taxa de desemprego, por sua vez, caiu de forma acentuada em dezembro, o que permite uma projeção ainda mais favorável para 2001. A queda de apenas 0,4% observada na média anual foi, contudo, menos incisiva do que se poderia esperar à primeira vista, o que aconteceu, contudo, pelo aumento concomitante da oferta, em função da maior atratividade do mercado. Além da demanda em ascensão, a geração de ocupações com carteira assinada se constituiu no resultado mais significativo do ano: como nunca antes, nessa década, foram gerados empregos formais, o que contribui decisivamente para a melhoria da qualidade dos postos de trabalho.

As condições de saúde e segurança são uma outra dimensão fundamental dessa almejada qualidade dos postos de trabalho, área na qual o Brasil precisa realizar um grande investimento, a fim de serem alcançados índices mais próximos aos padrões internacionais. Visando aprofundar a discussão sobre os desafios que se colocam nesse campo, este número de *Mercado de Trabalho – Conjuntura* 

e Análise convidou quatro especialistas para expor suas análises e propostas, em um debate cuja importância não pode ser subestimada. O professor Bernardo Bedrikow inicia o conjunto de contribuições apresentando os pontos principais de um programa global da OIT, Trabalho Seguro, possibilitando que se tenha uma visão ampla de como a questão se apresenta na agenda internacional. Na sequência, Domingos Lino, coordenador técnico do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, da CUT, contextualiza os desafios colocados para a sociedade brasileira no âmbito do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), discutindo a necessidade de serem estabelecidas estratégias articuladas entre todos os atores envolvidos. Leonardo Greco, advogado da CNI, expõe uma proposta de reforma do seguro acidentário, buscando a construção de um sistema de incentivos à maior segurança e de financiamento adequado dos custos envolvidos. Finalmente, Juarez Correia Barros Júnior, diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, do MTE, expõe as linhas de atuação do ministério, salientando a importância da atuação conjunta dos principais atores, o que se expressa na ênfase dada ao trabalho tripartite.

A retomada da ocupação e o crescimento do número de vínculos formais, verificados em 2000, é um cenário adequado para apreciar a discussão trazida pela Nota Técnica deste número. Em Os incentivos adversos dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil, Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil e Miguel Fogel examinam a mecânica dos programas de proteção atualmente existentes, investigando seus prováveis resultados em termos do fortalecimento, ou não, dos vínculos de emprego, uma questão, como frisado anteriormente, essencial para a qualidade dos postos de trabalho em nosso país.

